



Instrução Normativa Nº 04/2020 CGM

Considerando que a concessão do adiantamento, sua aplicação e a respectiva prestação de contas estão fundamentadas nos seguintes arcabouços legais: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Deliberação TCE-RJ nº 279 de 2017, na Portaria nº 448 de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Tesouro Nacional, na Lei Municipal SJ nº 1.351/2006 e na Resolução 01/2016 da CGM;

Considerando trata-se de um processo especial de despesa pública, sendo aplicado em casos expressamente definidos em lei. Contudo, vale ressaltar que o regime de adiantamento percorre todos os estágios da despesa orçamentária para a sua concessão, que são o empenho, a liquidação e o pagamento.

Considerando “despesas miúdas de pronto pagamento” aquela que, em compras e serviços, limita-se à importância de até 5% do valor estabelecido na alínea "b", inciso II, do art. 23 da Lei nº 8.666/1993 para pagamento à vista ou no prazo de aplicação do adiantamento. São despesas extraordinárias ou urgentes aquelas cuja não realização imediata possa causar prejuízo à Fazenda Pública ou interromper o curso de atendimento dos serviços a cargo do órgão responsável.

Considerando que autorização concedida pelo ordenador de despesa ou autoridade por ele delegada para a entrega de numerário a servidor, que será sempre precedida de empenho na dotação própria, para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação (Art. 68 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964).

Considerando que a rejeição da prestação de contas de adiantamento ou a sua ausência ensejará a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade, com registro contábil inicialmente em contas da natureza de informação típica de controle.

Considerando que cabe à Controladoria-Geral do Município, através do inciso VI do artigo 17 da Lei Complementar nº 66 de 03 de julho de 2009, baixar resoluções e demais normativos relativos a assuntos de sua competência.



INSTRUÇÃO NORMATIVA N^o 04/2020

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM, no Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as conferidas pelo Art. 17, inciso IV da Lei Complementar Municipal SJ n^o 66 de 03 de julho de 2009, REGULAMENTA matéria e procedimentos a serem adotadas nos Adiantamentos em âmbito municipal, regulamentado pela Lei Municipal SJ n^o 1.351 de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Dos Adiantamentos

Seção I

Da Concessão

Art. 1^o- Para as despesas que não possam ser submetidas ao processo normal de aplicação, permitir-se-á o regime de adiantamento.

§1^o - O adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor público estatutário devidamente credenciado ou ocupante de cargo em comissão, ou agente político investido em cargo ou função pública, sempre precedida de empenho na dotação própria. Devendo, no pedido, constar a identificação do servidor (nome e matrícula) e só aplica-se nos seguintes casos.

- a) Despesas com diligências fiscais;
- b) despesas eventuais de gabinete;
- c) despesas miúdas de pronto pagamento; e/ou
- d) despesas extraordinárias ou urgentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
Controladoria Geral do Município

§2º - Constituem despesas extraordinárias ou urgentes aquelas cuja não realização imediata possa causar prejuízo à Fazenda Pública ou interromper o curso do atendimento dos serviços a cargo do órgão responsável.

§3º - Excluem-se do regime de adiantamento as despesas à conta dotações destinadas a pagamento de pessoal, encargos patronais, transferências e prestação de serviço autônomo, bem como ao atendimento dos compromissos vinculados à dívida pública.

Art. 2º - A autorização de adiantamento é da competência do Prefeito Municipal de Silva Jardim e sua concessão não poderá recair sobre servidor em alcance ou já responsável por dois adiantamentos, cuja prestação de contas não tenha sido ainda aprovada.

Parágrafo Único: No caso de o detentor da utilização do adiantamento ser o Prefeito ou Presidente de Fundo, a prestação de contas será julgada pelo Gestor do Controle Interno após o parecer prévio do Órgão de Contabilidade.

Art. 3º - O pagamento do adiantamento será escriturado como despesa efetiva à conta de dotação própria, e deverão ser consideradas as classificações de natureza da despesa conforme Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 da Secretaria do Tesouro Nacional, e suas atualizações conforme houver.

Art. 4º - Para aplicação do adiantamento o ordenador da despesa fixará o prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da entrega do numerário, podendo esse prazo ser reduzido no ato da sua autorização.

§1º - A utilização do recurso do adiantamento somente poderá ocorrer após o pagamento, na forma do artigo 62, que será precedido pela emissão da nota de empenho, na forma do artigo 60, ambos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§2º - Não serão ressarcidos os valores gastos antes da entrega do numerário, salvo aqueles utilizados na forma da Lei Federal 12.340/2014, artigo 4º, §3º, Inciso III e IV ou de Lei ou ato normativo que venha a regular a mesma matéria.

§3º - O prazo da aplicação do adiantamento não poderá ultrapassar a data prevista no Decreto de encerramento de exercício do ano, devendo seu saldo, se houver, ser recolhido à Tesouraria até esta data, assim como a comprovação deverá seguir a data supracitada.



Seção II

Da Aplicação

Art. 5º - A aplicação dos adiantamentos não poderá fugir às normas, condições e finalidades constantes da sua requisição, nem os limites do prazo indicados nas respectivas notas de empenho e obedecerá aos seguintes princípios:

I - Os saldos não utilizados e as importâncias retidas a favor de terceiros deverão ser recolhidos até o último dia do prazo indicado no ato da concessão do adiantamento.

II - As notas fiscais ou faturas e outros comprovantes da despesa serão expedidos em nome do Município ou dos Fundos quando for o caso, registrado o CNPJ, com indicação do órgão interessado e os respectivos recibos de pagamento, cabendo ao responsável do adiantamento atestar os documentos fiscais, junto com mais 02 (dois) funcionários, na forma do artigo 6º da Lei nº 1.351/2006.

III - No caso de pagamento por cheque, deverá ser mencionado o seu número e a data da emissão.

IV - O fornecimento de material e a execução de pequenos reparos de caráter emergência ou serviço serão atestados nos comprovantes da despesa por dois servidores além do responsável pelo adiantamento,

V - As despesas miúdas, para as quais não haja possibilidade de obtenção de recibos, serão relacionadas pelo responsável e visadas pela autoridade requisitante.

VI - Os adiantamentos somente poderão ser aplicados no exercício financeiro em que forem concedidos.

VII - As despesas relativas a transportes, para as quais não haja possibilidade de obtenção de recibos, não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do Adiantamento.

Seção III

Da Comprovação

6º - O responsável por adiantamento prestará contas dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias contados do último dia útil do prazo indicado pelo ordenador da despesa para sua aplicação. Devendo ser observado o prazo do **§3º do artigo 4º**

Parágrafo Único: Será considerado em alcance o responsável que não apresentar a comprovação dentro do prazo citado neste artigo, caso este que poderá incidir a instauração de Tomada de Contas, nas formas da Lei e das Deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.



Art. 7º - As despesas cuja comprovação for impugnada pelo setor de Contabilidade serão glosadas após intimação do responsável e abertura de prazo de 05 (cinco) dias para o exercício do contraditório e da ampla defesa, devendo o responsável pelo adiantamento efetuar o recolhimento do montante delas caso sua defesa prévia seja indeferida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da notificação da decisão de mérito administrativo.

Parágrafo único. No caso do responsável ter sido intimado do parecer desfavorável, sua defesa deverá ser encaminhada ao órgão emissor do parecer, o qual poderá rever sua conclusão mediante reconsideração ou encaminhar os autos para decisão administrativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - A comprovação da utilização regular do adiantamento será feita mediante ofício do responsável à autoridade requisitante, instruído pelos seguintes elementos.

- a) cópia da Nota de Empenho;
- b) mapa discriminativo da despesa realizada;
- c) comprovantes das despesas realizadas, numerados seguidamente;
- d) comprovante do recolhimento do saldo do adiantamento, se houver.

§1º. Caso o responsável utilize o adiantamento em despesa de natureza diversa daquele que houver sido autorizada a concessão, a aprovação de contas será com ressalvas, quando evidenciado a impropriedade ou qualquer outra natureza formal que não resulte dano ao erário.

§2º. O responsável que tiver suas contas concluídas com ressalvas será penalizado com multa de 10% o valor da despesa caso incorra no mesmo erro do parágrafo anterior, fixado o prazo de 05 anos de validade para aplicação da sanção

Art. 9º Pela aplicação em desacordo com normas desta Resolução e da legislação específica, ou a não Prestação de Contas no prazo aqui descrito a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções cumulativamente:

- I** - suspensão temporária do direito de requerer novo adiantamento;
- II** - multa no valor de 2% sobre o valor recebido;

§ 1º . As sanções estabelecidas são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme artigo 11 da Lei Municipal nº 1.351/2006.

§ 2º . Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da aplicação da sanção;



Art. 10 – O prazo concedido à Contabilidade para opinar conclusivamente em parecer não vinculante sobre a comprovação regular da utilização será de improrrogáveis 30 dias.

Art. 11 – Considera-se interrompida, para todos os efeitos, a aplicação do adiantamento pelo impedimento de seu responsável em prosseguir-la, devendo prestar contas e devolver o saldo no prazo máximo de 15 dias.

§1º - O impedimento poderá decorrer de força maior ou de afastamento provisório da função pública, devidamente comprovado por meio hábil.

2º - O processo de comprovação deverá ser instruído com o documento comprobatório da ocorrência dos fatos previstos no §1º do presente artigo.

Art. 12 - A prestação de contas com a comprovação do adiantamento, receberá parecer pela Secretaria Municipal de Fazenda, conforme artigo 11 da Lei Municipal nº 1.351/2006

Parágrafo único – A comprovação do adiantamento se impugnada, será encaminhada à Controladoria Geral do Município que, conforme o caso, determinará as providências da Deliberação 279/2017 do TCE/RJ, e após o trâmite providenciará o encaminhamento do processo devidamente instruído ao Tribunal de Contas, por intermédio da Secretaria que tenha efetuado a despesa, nos casos que couber.

Art. 13 - Para fins de determinação da Prestação de Contas, nos casos previstos do parágrafo único do artigo 12 o Controle Interno procederá às análises devidas dentro do prazo improrrogável de 30 dias úteis.

Art. 14 - O descumprimento do estabelecido neste regulamento sujeitará o infrator à aplicação das penalidades da legislação, inclusive àquelas relativas às responsabilidades funcionais.

§1º - Caso a irregularidade identificada represente dano ao Erário cometido por servidor do quadro permanente da Administração Municipal, a restituição poderá ser promovida por meio de desconto no vencimento de acordo com a previsão Estatutária do município.

§2º - No caso de dano ao erário cometido por tomador de adiantamento não pertencente ao quadro permanente da Administração Municipal a restituição dar-se-á por meio de inscrição em dívida ativa, permitindo-se parcelamento em até 12 (doze) prestações, limitando-se o valor de cada uma à parcela mínima estabelecida para os acordos de parcelamento firmados com a Fazenda Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
Controladoria Geral do Município

§3º - Sendo caracterizada má-fé na utilização do recurso, não será concedida a prerrogativa dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, devendo neste caso ser aberto procedimento administrativo de apuração de responsabilidade funcional, sem prejuízo da abertura de tomada de contas especial na forma da lei.

§4º - Será considerada má-fé a conduta do servidor responsável por adiantamento que configurar adulteração de documentos, não ressarcimento dos valores não utilizados no prazo legal, inclusão de documentos falsos ou qualquer outra conduta em sede de prestação de contas que possa caracterizar tentativa de macular a análise pela auditoria.

§5º - Não serão aceitos como válidos na prestação de contas os valores constantes como gorjetas, couvert artístico, taxa de serviço e similares.

§6º - O parecer e/ou a decisão que opinar ou definir pela glosa parcial ou total de valor de gasto deverá ser justificada no processo administrativo demonstrando de forma clara qual o parâmetro utilizado para fins desta definição.

Art. 15 - A não apresentação da prestação de contas no prazo contido no artigo 7º ou a não aprovação das contas ocasionará a inscrição do tomador responsável na dívida ativa, sem prejuízo da abertura da Tomada de Contas nos termos da legislação vigente.

Art. 16 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Aplicando-se essas disposições as prestações de contas dos adiantamentos concedidos a partir do ano de 2020.

Art. 17 - Será dada imediata ciência ao Egrégio Tribunal de Contas sobre o inteiro teor desta Resolução.

Silva Jardim , 01 de outubro de 2020

Melina Heringer
Controladora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
Controladoria Geral do Município
